

**AÇÃO:**

Envio de e-mail

**PREPARAÇÃO:** 5 minutos**Nº DE PESSOAS:**

1 pessoa. Ação individual

**QUANDO:**

Com a maior brevidade possível

**DURAÇÃO:** 5 a 10 minutos**FACILIDADE DE EXECUÇÃO:**

Fácil

**LOCAL:**

Onde quer que esteja

**MATERIAL:**

Telemóvel ou computador com acesso à internet

**TEMA / CAMPANHA:**Direitos Humanos e Ambiente /
Justiça Climática**O QUE QUEREMOS?**

Escrever um e-mail dirigido ao Presidente do Brasil, Lula da Silva, a solicitar que veto o Projeto-lei 2.159/2021 – “Lei Geral de Licenciamento Ambiental” e que assuma seu papel de líder climático global e proteja o futuro do Brasil e do mundo.

PORQUE PRECISAMOS DE SI?

A 17 de julho a Câmara dos Deputados do Brasil aprovou a Lei Geral de Licenciamento Ambiental (PL 2159/2021), também conhecida como “Projeto de Lei da Devastação”. O documento está agora sob análise do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tem o poder de o vetar.

Apoiado pelos agronegócios e pelas indústrias de petróleo e gás, e aprovado sem debate público adequado ou participação efetiva da sociedade civil, o Projeto de Lei 2159/2021 propõe a expansão da chamada “Licença por Adesão e Compromisso”, que permitirá que a maioria dos projetos, incluindo os de agrossilvicultura e pecuária, dispensem avaliações prévias de impacto ambiental e de direitos humanos.

Esta nova proposta de lei enfraquece significativamente o processo de licenciamento ambiental no Brasil e representa sérios riscos ao direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável, reconhecido pela Assembleia Geral da ONU e consagrado no artigo 225 da Constituição brasileira. O projeto de lei também prejudica os direitos de acesso à informação, participação pública e acesso à justiça.



© AP

QUAL É A SUA MISSÃO?

Queremos que o Presidente do Brasil, Lula da Silva, veto este projeto de lei, uma vez que ameaça o direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável, os direitos de acesso à informação, a participação pública e o acesso à justiça, bem como os direitos dos povos indígenas e a justiça climática.

GUIA DE AÇÃO



1. Escrever e enviar um e-mail para: gabinetepessoal@presidencia.gov.br com CC da Embaixada do Brasil em Portugal: brasemb.lisboa@itamaraty.gov.br



Assunto do e-mail: Veto total da “Lei Geral de Licenciamento Ambiental” / “PL da Devastação”

Conteúdo do e-mail:

Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva,

Escrevo-lhe para partilhar a minha preocupação com a “Lei Geral de Licenciamento Ambiental”, também referida pela sociedade civil brasileira como “PL da Devastação”, aprovada pela Câmara dos Deputados em 17 de julho de 2025, agora sob sua apreciação.

Este projeto de lei enfraquece severamente o processo de licenciamento ambiental do Brasil ao permitir a aprovação automática para a maioria dos projetos por meio de uma “Licença por Adesão e Compromisso”, com base apenas na autodeclaração, sem avaliações ambientais ou de direitos humanos prévias. Também isenta setores inteiros, como agrossilvicultura e pecuária, de licenciamento e cria uma “licença ambiental especial” para acelerar projetos estratégicos designados pelo governo sem revisão ambiental completa. Essas modificações representam riscos sérios e irreversíveis ao direito a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável e podem acelerar a degradação ambiental, a perda de biodiversidade e as mudanças climáticas.

O projeto de lei também restringe a participação de instituições encarregadas de proteger os direitos indígenas na aprovação de projetos apenas a terras demarcadas, desconsiderando os muitos territórios que aguardam reconhecimento formal. Isso prejudica os direitos coletivos das comunidades indígenas e quilombolas às suas terras, territórios e recursos. Também enfatizamos que o projeto de lei foi aprovado sem consulta pública significativa e pode levar a violações dos direitos de acesso à informação, participação pública e acesso à justiça.

Perante esses graves impactos e a responsabilidade constitucional que defendem, solicitamos com urgência o veto total ao PL da Devastação para proteger a vida, o meio ambiente e os direitos humanos. Salientamos que a aprovação desse projeto de lei contraria os compromissos internacionais de direitos humanos e meio ambiente do Brasil, especialmente à luz da sua presidência da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30). Um “líder climático” não pode permitir essa ameaça aos direitos humanos e à justiça climática.

Cumprimentos,

Agradecemos que coloque em cc, ou bcc, o e-mail: ativismo@amnistia.pt. Assim, poderemos melhor monitorizar o envolvimento e o impacto desta ação. Servirá também como informação para o destinatário, caso coloque em cc.

PARA SABER MAIS

Para saber mais sobre a Amnistia Internacional e o estado dos direitos humanos no Brasil:

- www.amnistia.pt/cinco-anos-de-uma-luta-por-justica/
- www.amnistia.pt/brasil-amnistia-internacional-condena-ataques-resultado-eleicoes/
- www.amnistia.pt/brasil-crescente-desflorestacao-na-amazonia-e-fruto-das-politicas-de-bolsonaro/
- www.amnistia.pt/brasil-numero-alarmante-de-novos-incendios-florestais-em-vesperas-do-dia-da-amazonia/
- www.amnistia.pt/brasil-defesa-da-amazonia-e-uma-missao-de-todos/

